

ED. 62 | ANO II | 20/09 A 05/10/2021

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Gabriel Alberto Souza de Moraes - Estagiário.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 62ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação do Decreto Federal nº 10.828, de 1º de outubro de 2021, que regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e seus biomas, disposta no inciso II, do § 2º, do art. 1º da Lei Federal nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Ademais, frisa-se a Portaria MMA/ICMBio nº 605, de 22 de setembro de 2021, criando o Núcleo de Gestão Integrada-ICMBio Mantiqueira, um arranjo organizacional específico para gestão territorial integrada de unidades de conservação federais.

Em âmbito estadual, ressalta-se a Lei nº 9.312, de 17 de setembro de 2021, instituindo o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPIB), tendo em vista a crescente atenção às zonas rurais e sua importância à bioeconomia.

O "Fique de Olho", desta edição, traz duas opções aos interessados em notícias e eventos, como a participação do estado do Pará na Semana do Clima promovida pelo Global Citizen em Nova York e, ainda, nos dias 11 e 12 de dezembro, o Congresso Internacional de Saúde e Meio Ambiente - CINASAMA 2021, realizado *online* em virtude do atual cenário pandêmico.

Em tempo, o artigo "Limites da utilização de princípios do processo judicial no processo administrativo" é outra sugestão do "NEL Indica", sendo um artigo que faz uma reflexão sobre Direito Administrativo, formalismo e coisa julgada, de autoria de uma das doutrinadoras mais renomadas do Brasil.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora - NEL

NORMAS FEDERAIS



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111. Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.

Publicado no DOU nº 185, de 29 de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.205, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para modificar as regras relativas ao direito de arena sobre o espetáculo desportivo.

Publicado no DOU nº 178, de 20 de setembro de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.

Publicado no DOU nº 185, de 29 de setembro de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.210, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021. Acrescenta o Capítulo XI-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da administração pública federal.

Publicado no DOU nº 187, de 01 de outubro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 10.803, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana.

Publicado no DOU nº 178, de 20 de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 10.805, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Altera o Decreto nº 10.509, de 6 de outubro de 2020, que institui o Programa de Equipagem e de Modernização da Infraestrutura dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas de Promoção e de Defesa dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Publicado no DOU nº 181, de 23 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 10.822, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030

Publicado no DOU nº 185, de 29 de setembro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 10.828, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021. Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

Publicado no DOU nº 188, de 04 de outubro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 56, DE 17 DE SETEMBRO 2021. Regulamenta o disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 10.672, de 11 de abril de 2021, que trata do valor limite para convocação de consulta e audiência pública para fins de licitação de arrendamento de áreas e instalações portuárias em portos organizados.

Publicado no DOU nº 178, de 20 de setembro de 2021. (p. 46). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO ANP Nº 851, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021. Regulamenta o procedimento de fiscalização de segurança operacional das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural baseado na avaliação da eficácia do sistema de gestão implementado, na identificação e na verificação de saneamento de não conformidades e estabelece os casos passíveis de concessão de prazo para adequação aos regulamentos técnicos de gerenciamento de segurança operacional da ANP.

Publicado no DOU nº 178, de 20 de setembro de 2021. (p. 81). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO PR/CC Nº 2, DE 17 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico Temporário com o objetivo de elaborar proposta de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

Publicado no DOU nº 180, de 22 de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO PR/CC Nº 3, DE 17 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico Temporário para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

Publicado no DOU nº 180, de 22 de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO PR/CC Nº 4, DE 17 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico Temporário com o objetivo de acompanhar e contribuir com o processo de elaboração da Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC.

Publicado no DOU nº 180, de 22 de setembro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO ANP Nº 854, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021. Regulamenta os procedimentos para apresentação de garantias financeiras e termo que assegurem os recursos financeiros para o descomissionamento de instalações de produção em campos de petróleo e gás natural.

Publicado no DOU nº 185, de 29 de setembro de 2021. (p. 89). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO BCB Nº 147, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix.

Publicado no DOU nº 186, de 30 de setembro de 2021. (p. 128). [Clique aqui.](#)

PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/GM Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

Publicado no DOU nº 170, de 08 de setembro de 2021. (p. 147). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA Nº 291, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021. Revoga o § 2º do art. 6º da Instrução Normativa MAPA nº 16, de 23 de junho de 2015, que estabelece os documentos necessários para registro de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte.

Publicado no DOU nº 175, de 15 de setembro de 2021. (p. 6). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MAPA Nº 298, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Estabelece regras para operação de aeronaves remotamente pilotadas destinadas à aplicação de agrotóxicos e afins, adjuvantes, fertilizantes, inoculantes, corretivos e sementes.

Publicado no DOU nº 182, de 24 de setembro de 2021. (p. 14). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MDS Nº 112, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social.

Publicado no DOU nº 182, de 24 de setembro de 2021. (p. 16). [Clique aqui.](#)

PORTARIA GM-MD Nº 3.914, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o Sistema de Inteligência de Defesa

Publicado no DOU nº 182, de 24 de setembro de 2021. (p. 22). [Clique aqui.](#)

PORTARIA IN/SG/R Nº 69, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. Institui a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Imprensa Nacional.

Publicado no DOU nº 183, de 27 de setembro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

PORTARIA CONJUNTA PGU-CGU/AGU Nº 7, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a intervenção da União em processos arbitrais.

Publicado no DOU nº 183, de 27 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MC Nº 81, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. Estabelecimento de metas, limites financeiros, metodologia utilizada, prazo e requisitos para execução da modalidade compra com doação simultânea.

Publicado no DOU nº 183, de 27 de setembro de 2021. (p. 6). [Clique aqui.](#)

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/ICMBIO Nº 605, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Mantiqueira, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02070.001709/2021-67).

Publicado no DOU nº 183, de 27 de setembro de 2021. (p. 92). [Clique aqui.](#)

PORTARIA IN/SG/R Nº 69, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. Institui a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Imprensa Nacional.

Publicado no DOU nº 184, de 28 de setembro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

PORTARIA CONJUNTA PGU-CGU/AGU Nº 7, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a intervenção da União em processos arbitrais.

Publicado no DOU nº 184, de 28 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MC Nº 81, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. Estabelecimento de metas, limites financeiros, metodologia utilizada, prazo e requisitos para execução da modalidade compra com doação simultânea.

Publicado no DOU nº 184, de 28 de setembro de 2021. (p. 6). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA/ICMBIO Nº 605, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Mantiqueira, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02070.001709/2021-67).

Publicado no DOU nº 184, de 28 de setembro de 2021. (p. 92). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 2.466, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos para atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis como Autoridade Administrativa e Científica da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES.

Publicado no DOU nº 185, de 29 de setembro de 2021. (p. 84). [Clique aqui.](#)

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MCTI Nº 5.205, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Institui a Política de Governança Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Publicado no DOU nº 186, de 30 de setembro de 2021. (p. 45). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MAPA/SDA Nº 406, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Submete à Consulta Pública, a proposta de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para a Carne Maturada de Bovino.

Publicado no DOU nº 186, de 30 de setembro de 2021. (p. 42). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA/ICMBIO Nº 607, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe como ferramenta de diagnóstico e avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Publicado no DOU nº 187, de 01 de outubro de 2021. (p. 90). [Clique aqui.](#)



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.311, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a obrigatoriedade de barcos, navios e ferry-boat, destinarem um espaço reservado para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, atarem suas redes nas embarcações, no Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.704, de 20 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.312, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB).

Publicado no DOE nº 34.704, de 20 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.313, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. Acrescenta a Seção Única ao Capítulo I do Título III da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, para garantir horário especial ao servidor público que tenha sob seus cuidados pessoa com deficiência, independentemente de compensação de horário, quando comprovada a necessidade.

Publicado no DOE nº 34.704, de 20 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.317, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual “Água Pará”.

Publicado no DOE nº 34.708, de 23 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#).

LEI Nº 9.318, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - “Vale-Gás”.

Publicado no DOE nº 34.708, de 23 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#).



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.319, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. Institui o Programa Estadual de Incentivo à Qualificação de Profissionais da Saúde (QUALIFICASAÚDE).

Publicado no DOE nº 34.717, de 30 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 1.893, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Regulamenta o Programa Estadual “Água Pará”, instituído pela Lei Estadual nº 9.317, de 22 de setembro de 2021.

Publicado no DOE nº 34.712, de 28 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 1.894, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Regulamenta o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - “Vale-Gás”, instituído pela Lei Estadual nº 9.318, de 22 de setembro de 2021.

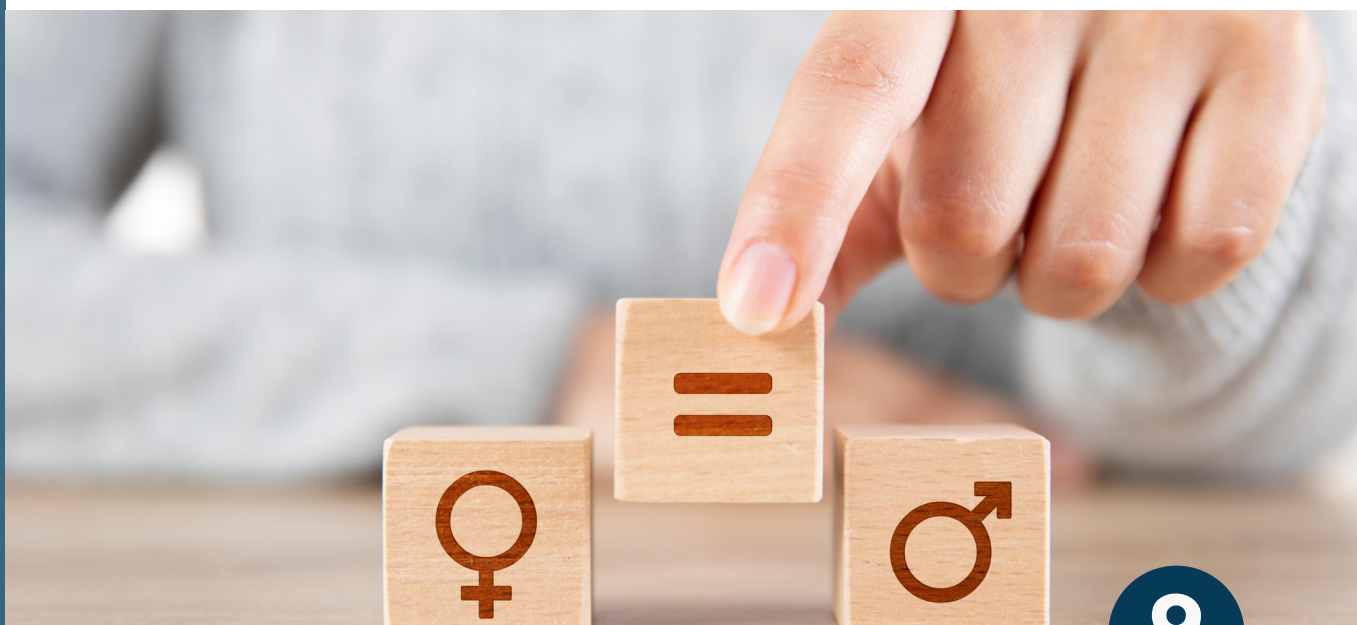
Publicado no DOE nº 34.712, de 28 de setembro de 2021. (p. 4). [Clique aqui.](#)

RESOLUÇÃO COEMA Nº 166, DE 18 DE AGOSTO DE 2021. Aprova e dá publicidade às decisões referentes aos processos administrativos de natureza punitiva, julgados na 73ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará – COEMA/PA.

Publicado no DOE nº 34.703, de 17 de setembro de 2021. (p. 60). [Clique aqui.](#)

PORTARIA SEMAS Nº 1650, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. Prorroga o prazo de instalação da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas.

Publicado no DOE nº 34.711, de 27 de setembro de 2021. (p. 35). [Clique aqui.](#)



NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 102.210 - PMB, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Convoca a IV Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, a ser realizada em Belém - Pará, e dá outras providências.

Publicado no DOM nº 14.333, de 28 de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 102.211 - PMB, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021. Cria a Comissão de Estudos, Apoio e Proposição de Medidas Específicas com vistas à instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Belém.

Publicado no DOM nº 14.335, de de setembro de 2021. (p. 2). [Clique aqui.](#)



FIQUE DE OLHO



INTERNACIONAL

Pará participa de eventos ambientais em Nova York

AMAZÔNIA - Compromissos locais são reafirmados na Semana do Clima de NY e no Global Citizen Live

CAIO OLIVEIRA DA REDAÇÃO

Depois de retornar de uma agenda que incluiu vários eventos em Nova York para tratar de questões referentes ao meio ambiente com personalidades de relevância global, o titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Mauro Ode Almeida, concedeu uma entrevista ao Grupo Liberal, comentando as parcerias que firmou nos encontros. O secretário destacou a presença do Pará em dois eventos: Semana do Clima de Nova York e o Global Citizen Live, evento com shows de artistas internacionais onde Ode Almeida foi convidado a subir ao palco para firmar os compromissos do Pará no combate às causas e efeitos das mudanças climáticas.

"Na Climate Week, nós tínhamos uma participação no evento dos governadores da Amazônia Legal, chamado 'Amazônia Que Queremos'. Nosso foco foi a apresentação do Programa de Recuperação Verde do Consórcio dos Governadores. Queremos a Amazônia que dê oportunidade para nossa população, e faça com que ela saia dessa disputa - desigual para o meio ambiente - entre sobreviver e ter uma agenda ambiental. O plano de recuperação prevê essa

questão, não só de restauração florestal, mas também, dar oportunidade à população da região amazônica, quase toda ela com baixos índices de desenvolvimento humano, para que ela possa melhorar de vida", analisou Ode Almeida.

Entre os compromissos, a Semas participou de diversas reuniões bilaterais com parceiros, como o encontro com Allen Lee, diretora do Programa de Conservação Ambiental da Fundação Gordon e Betty Moore, instituição americana que apoia descobertas científicas e conservação ambiental. "A partir da observação que o Estado do Pará tem feito alguma coisa de diferente, eles querem investir na transformação administrativa da Semas - primeiro, dar uma base de estrutura sólida para a Semas de organização e, a partir daí, criar um título financeiro para que a gente possa oferecer metas de sustentabilidade e, a partir daí, receber de volta investimentos financeiros. É uma coisa inovadora e por isso, desafiadora", analisou o secretário.

No outro evento principal, os membros da comitiva da Semas foram convidados especiais do Global Citizen Live, evento transmitido de seis continentes com a participação de artistas, celebridades e líderes mundiais para criar um movimento de



Secretário da Semas, Mauro Ode Almeida comenta parcerias

mudanças para o clima e a desigualdade social. "O desafio veio pelo Twitter. O Chris Martin, vocalista do Coldplay, desafiou os governadores da Amazônia a aderirem à iniciativa. Nosso governador Helder aceitou o desafio. Para nossa surpresa, o pessoal da organização manteve a oportunidade da gente subir ao palco principal e firmar o compromisso na frente de mais de 60 mil pessoas no Central Park. Foi um dia muito emocionante, uma experiência arrebatadora. Fizemos nosso compromisso, que é a criação de três áreas protegidas, a expansão em 25% dos manejos florestais e alcançar o Net Zero (neutralidade da emissão de carbono até 2036)", celebrou o secretário de meio ambiente.

Para Mauro Ode Almeida, personalidades internacionais de várias áreas estão se

preocupando mais com as questões ambientais e ele, sendo um gestor em meio ambiente na Amazônia, está feliz em participar dos debates em busca de soluções. "A Europa, de uma maneira geral tem uma consciência muito forte em questões de mudanças climáticas porque ela sofre com isso. Quando nos comprometemos nesse tipo de iniciativa, a gente atrai investimento, e consegue fazer com que se invista em sistemas de tecnologia da informação. Quando você consegue tratar a informação, você consegue avançar em muitas políticas públicas", projeta o secretário.

VEJA MAIS

Use um leitor de QR Code para acessar a entrevista



PARÁ PARTICIPA DE EVENTOS AMBIENTAIS EM NOVA IORQUE

Promovido pela Semana do Clima de NY e pelo Global Citizen Live, o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará reafirmou, no evento, os compromissos amazônicos e locais quanto ao enfrentamento das mudanças climáticas que impactam significativamente o bioma amazônico.

Para ler a matéria na íntegra, [clique aqui!](#)



CINASAMA 2021
CONGRESSO INTERNACIONAL DE
SAÚDE E MEIO AMBIENTE

CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE - CINASAMA 2021

Considerado um evento multidisciplinar que objetiva reiterar o caráter educacional, biológico e ambiental de todos que formam a comunidade acadêmica, a fim de proporcionar, por meio de palestras e apresentações, subsídios para que os participantes tenham acesso às novas exigências do mercado e da educação no contexto atual. O evento será realizado nos dias 11 e 12 de dezembro.

Para se inscrever, [clique aqui!](#)

NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



ARTIGO: Limites da utilização de princípios do processo judicial no processo administrativo

O artigo discute e ensaja discussões quanto à utilização, numa perspectiva doutrinária, dos princípios do processo judicial no processo administrativo, fato que pode influenciar nas articulações jurídico-administrativas dos entes da Administração Pública quanto ao formalismo e coisa julgada. É de autoria de uma das mais renomadas peritas e doutrinadoras em Direito Administrativo, Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Para ler o artigo, [clique aqui](#).



Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br